

Rio de Janeiro, 24 de março de 2020.

Manifestante: Guilherme Pereira dos Santos Tinoco.

Código de Manifestação: 200.044.822.072.

Prezado Senhor,

Em atenção à manifestação em referência cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que solicitou “cópia dos subitens 2.2.2 e 2.6.1 da DTN TCE nº 01, citados na instrução de fls. 109 - Verso do processo TCE-RJ nº 101.047-7/13.”, foi constituído o Documento TCE-RJ nº 006.631-3/20 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/2011.

Em resposta, o Setor Especializado informou que “se trata de procedimento/metodologia de trabalho interno, não estando o mesmo disponível para consulta. O referido Documento Técnico- Normativo - DTN trata-se de um documento interno, uma estratégia de fiscalização, que foi utilizado na análise da economicidade dos processos submetidos a esta Corte de Contas.”

Entretanto, caso V.S.^a deseje poderá interpor, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação no site do TCE-RJ da carta resposta, recurso ao Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, conforme disposto no artigo 15, da Lei 12.527/2011 e no *caput* e § 2º, do art.13 da Resolução nº 275/13.

Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 15. No caso de indeferimento de acesso a informações ou às razões da negativa do acesso, poderá o interessado interpor recurso contra a decisão no prazo de 10 (dez) dias a contar da sua ciência.

(...)

Resolução TCE-RJ nº 275/13

Art. 13. No caso de indeferimento de acesso às informações ou após as razões da negativa do acesso pelo órgão competente, poderá o interessado interpor recurso ao Plenário do Tribunal.

(...)

§ 2º Negado o acesso à informação em sede recursal, a decisão se torna irrecorrível.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,
ouvidoria@tce.rj.gov.br